



Cress Opina

Boletim Informativo do Conselho Regional de Serviço Social - 7ª Região

Nº 13 – Julho de 2011

As conferências e a participação que defendemos

Estamos em pleno período de realização de conferências de diversas políticas públicas. Previstas na Constituição Federal, são eventos que devem se constituir em amplos espaços de debate, com representações da sociedade e do poder público, quanto aos desafios a serem assumidos e as ações a serem implementadas para garantir universalidade do acesso às políticas governamentais. Há outras dimensões, como a oferta de serviços de máxima qualidade, gratuitos, que contribuam para a superação de desafios como a intensa desigualdade social que segundo todos os dados oficiais se mantém no Brasil.

Há várias dimensões prioritárias em disputa nas conferências, sejam elas as de políticas (como assistência social, saúde, segurança) ou as de direitos (de crianças e adolescentes, das mulheres, da população LGBT) – nosso conselho buscará apresentar suas propostas para cada evento. Em todas as áreas, contudo, merecem destaque as condições concretas oferecidas para os trabalhadores de forma que exerçam suas profissões explorando ao máximo suas potencialidades, sempre visando o atendimento às demandas da população e àquelas que permanecem latentes. Isto implica debater profundamente a gestão do trabalho no âmbito das políticas públicas. Temos assistido a diversas iniciativas governamentais, em suas três esferas (municipais, estaduais e federal), de “flexibilizar” a contratação profissional – sempre com graves resultados para a população, objetivo-fim destas políticas.

Sob o falso argumento do “Estado lento e pesado”, a gestão do trabalho e dos trabalhadores passa a ser realizada por cooperativas ou por organizações sociais que terceirizam contratos, desrespeitam direitos trabalhistas, estabelecem metas de produtividade incompatíveis com o serviço público e a qualidade necessária, uma vez que são baseadas no modelo da lucratividade buscada por empresas privadas. Ao mesmo tempo são desconsiderados pilares de quaisquer serviços públicos de qualidade. Citamos três: a contratação por concurso público, a estabilidade no emprego e o investimento em planos de cargos, salários e carreira profissional. Eles permitem que o Estado tenha à sua disposição quadros qualificados, valorizam estes profissionais e possibilitam que as diversas políticas possam ser planejadas para médio e longo prazo, sem as alterações artificiais de governos que reestruturam todas as políticas.

No momento em que reúnem-se as conferências, reafirmamos nosso compromisso com as demandas da população usuária dos serviços, como defende o código de ética dos assistente sociais. Também queremos convidá-la a, junto das diversas categorias profissionais, lutar contra as organizações sociais e por condições dignas de trabalho, requisito essencial para a garantia da qualidade das políticas.

Diretoria do Conselho Regional de Serviço Social – Rio de Janeiro